

Novos ventos

Chineses incluem energia eólica entre prioridades estratégicas, enquanto no Brasil essa alternativa ainda é pouco explorada

UM DITO atribuído ao romano Sêneca afirma que não existe vento a favor de quem não sabe a que porto quer chegar. A tirada se aplica bem à ausência de uma política audaciosa do governo brasileiro para fazer deslanchar as energias alternativas, em especial a eólica — a eletricidade gerada pelos ventos.

É o setor energético que mais cresce no mundo, tendo multiplicado por 15 a capacidade instalada de geração em dez anos. Dos 121 mil megawatts (MW) existentes em 2008, 403 MW (0,3%) estão no Brasil. Os campeões são os EUA (21%), a Alemanha (20%) e a Espanha (14%), mas a China chegou ao quarto lugar (10%) depois de duplicar a capacidade entre 2007 e 2008.

A administração Lula, que só pensa no pré-sal, mal acordou para o caráter estratégico dessa corrida. Contemplou a energia eólica, é verdade, em seu pouco ambicioso programa de fontes alternativas (Proinfa).

Sem ele, o país ainda estaria no patamar de 29 MW (2005), como assinalou o jornal "Valor Econômico". Mas a capacidade atual representa menos de dois milésimos do potencial existente no território nacional, em particular no Nordeste e no Sul.

A energia dos ventos é cara, já se sabe, mas os preços estão caindo. Para ganhar escala, necessita de apoio e incentivos governamentais, como ocorreu com o

Proálcool e como ocorre agora com os parques eólicos naqueles países que se decidiram a multiplicá-los, de olho na redução de gases do efeito estufa emitidos por termelétricas a carvão, gás e óleo e na diminuição de sua dependência de petróleo.

A eletricidade das turbinas de ar também é pouco confiável, porque os ventos variam muito. No Brasil, contudo, eles se apresentam mais intensos no período em que escasseiam as chuvas e se esvaziam os reservatórios das represas. Tem, portanto, a vantagem adicional de complementar o sistema hidrelétrico e aumentar a segurança do fornecimento de energia.

Além do Proinfa, o governo federal criou no BNDES linhas especiais para financiar produção, exportação e instalação de turbinas, neste último caso gerando uma capacidade instalada de 300 MW. Há ainda um leilão específico para contratar energia eólica marcado para novembro, ao qual se habilitaram 441 projetos, que totalizam 13,3 mil MW. Uma boa surpresa, mas é imprevisível quantos deles se materializarão, se contratados, como ensina a experiência do Proinfa.

Compare-se isso com o caso da China, onde se constroem no presente seis parques eólicos com capacidade de 10 mil MW a 20 mil MW —cada um. Além da energia, o governo do país mais poluidor do planeta (ao lado dos EUA) espera gerar com eles demanda doméstica em escala suficiente para impulsionar sua própria indústria, à qual dá clara preferência nas licitações (já sob acusações de protecionismo).

Pequim, como se vê, sabe exatamente o que quer: dominar o bilionário mercado de turbinas no futuro próximo.